



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI ORDINÁRIA Nº 1.418/2014

Dispõe sobre a conciliação, transação e desistência nos processos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Nas demandas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o Município será representado por seus Assessores Jurídicos ou pessoa por eles designada, que poderá delegar, por escrito, a advogado ou não, autorização para conciliar, transigir, deixar de recorrer, desistir de recursos interpostos ou concordar com desistência do pedido.

**Parágrafo Único** – As autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas ao Município, serão representadas na audiência por aquele, advogado ou não, que for designado por seu dirigente máximo. O representante designado fica autorizado a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

**Art. 2º** - Os Assessores Jurídicos, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das autarquias, fundações e empresas públicas poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em fase pré-processual ou processual, nas causas de valor até R\$ 40.000,00(Quarenta mil reais).

**Art. 3º** - É vedada a realização de acordo nos Juizados Especiais da Fazenda Pública em causas de valor superior a 60(sessenta) salários mínimos, salvo se houver renúncia do montante excedente.

**Parágrafo Único** – Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, a conciliação ou transação somente será possível caso a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não exceda o valor de 60(sessenta) salários mínimos, salvo se houver renúncias do montante excedente.

**Art. 4º** - O acordo ou a transação celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir processo judicial, inclusive nos casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, implicará sempre a responsabilidade de cada uma das partes pelos pagamentos dos honorários de seus respectivos advogados, mesmo que tenham sido objeto de condenação transitada em julgado.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

**Art. 5º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA-MG,  
AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E QUATORZE.  
(02/04/2014)

**Ver. RENATO RODRIGUES DE SOUZA**  
**Presidente**

Sancionada em 14/04/2014 e transformada na Lei 1.418/2014, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais  
At. Legislativo